

JUSTIÇA INFORMACIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL: REFLEXÕES E AÇÕES NECESSÁRIAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO


Informational justice in science, technology, and innovation in Brazil: reflections and necessary actions in Information Science

Priscila Machado Borges Sena

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre, RS, Brasil

priscila.sena@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0002-5612-4315> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: procura-se refletir sobre as pessoas buscadoras e referenciais em ciência, tecnologia e inovação no Brasil, com vistas a elencar ações possíveis em Ciência da Informação para a promoção da pluralidade e diversidade dos sujeitos.

Método: Adota-se a pesquisa qualitativa e exploratória por meio de levantamento documental e bibliográfico.

Resultado: A Competência Crítica em Informação, Letramento Digital, Letramento Estatístico, Acervo diverso (em relação às bibliotecas e demais unidades de informação), Eventos Técnicos Científicos, Criação de Redes de Colaboração entre pesquisadoras/es de grupos minorizados, enfocando a apropriação da informação e dados, tornam-se ações possíveis para efetivar o processo de justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

Conclusões: Possibilitou a compreensão da justiça informacional como um movimento de análise ética, o qual requer o desenvolvimento de capacidades necessárias para a participação dos sujeitos nos mais diversos sistemas de informação. Evidenciou-se que em relação às pessoas buscadoras e referenciais, infelizmente ainda perpetua a lógica do privilégio, pois o sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil apresenta baixa diversidade em relação à população diversa e plural do país.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência. Ciência da Informação. Inovação. Justiça informacional. Tecnologia.

ABSTRACT

Objective: we seek to reflect on the searchers and referents in science, technology, and innovation in Brazil, to list possible actions in Information Science for the promotion of plurality and diversity of subjects.

Methods: It is classified as qualitative and exploratory research by means of a document survey and a narrative, non-systematic, and non-exhaustive literature review.

Results: Critical Information Literacy, Digital Literacy, Statistical Literacy, a diverse collection (in relation to libraries and other information units), Technical Scientific Events, Creation of Collaboration Networks among researchers from lesser-known groups, focusing on the appropriation of information and data, become possible actions to effect the process of informational justice in science, technology, and innovation in Brazil.

Conclusions: It made possible the understanding of informational justice as a movement of ethical analysis, which requires the development of capacities necessary for the participation of subjects in the most diverse information systems. Evidencing that in relation to the searchers and referents, unfortunately the logic of privilege still perpetuates, since the system of science, technology and innovation in Brazil presents low diversity in relation to the diverse and plural population of the country.

KEYWORDS: Science. Information Science. Innovation. Informational Justice. Technology.

1 INTRODUÇÃO

Justiça informacional de acordo com Mathiesen (2015), é um conceito que possui multifacetado, pois concebe a relação das pessoas com a informação a partir de três enfoques: pessoas como buscadoras de informação, como fontes de informação e como sujeitos informacionais. Quando buscadoras de informação, para receberem um justo tratamento, as pessoas precisam acessar a informação de forma equitativa, denominado de justiça distributiva. Quando fontes de informação, as pessoas necessitam obter oportunidades iguais para participar nos processos de produção e fornecimento de conhecimento, denominado de justiça participatória. E quando sujeitos informacionais, precisam ser justamente representados no grupo geral de informações, denominado de justiça de reconhecimento (SILVA *et al.*, 2021).

A história da ciência e tecnologia é retratada no editorial do terceiro número de 2022 da revista *Ciência e Cultura*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), como uma história de desenvolvimento tortuoso, marcado por muitas dificuldades e obstáculos. Como uma construção coletiva, a ciência é feita por pessoas, grupos de pesquisa e instituições. Porém, embora muitos atores e diversas instituições tenham feito e façam a ciência, a tecnologia e a inovação no Brasil, denotando pessoas de diferentes matizes, regiões, etnias e gêneros, classes sociais e áreas do conhecimento, a diversidade superficialmente aparente está longe de ser equitativa, uma vez que a participação de mulheres, negros, pobres e segmentos sociais diversos nas oportunidades e ações na educação e na ciência e tecnologia foram fortemente restringidas (MOREIRA, 2022).

Nesses dois primeiros parágrafos já é possível verificar a pertinência e relevância de discutir sobre essas questões, no sentido de aprofundar a compreensão do conceito de justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil. O que não significa negar que ao longo de sua história, a ciência brasileira apresentou e apresenta diversidade. Significa olhar para essa história e analisar criticamente que a diversidade posta não é suficiente e condizente à população do país.

Ao relacionar com dados de pesquisas sobre a presença de mulheres negras na inovação e tecnologia, por exemplo, torna-se urgente abrir espaço para reflexões, mas principalmente para ações efetivas de equidade de gênero e étnico-racial. De acordo com o Report 2022 do PretaLab (2022), além de um quadro de injustiça social, ao distanciar as mulheres negras do protagonismo na produção de inovação, há um desperdício de



oportunidade de avanço econômico e tecnológico. Isso porque, o ecossistema tecnológico escasso em diversidade e representatividade, torna o país refém de tecnologias distorcidas e menos criativas.

Nesse mesmo Relatório (PRETALAB, 2022), destaca-se a ausência de dados sobre mulheres negras na ciência, tecnologia e inovação brasileira. Exemplificam por meio do contraste entre a representação das mulheres negras na demografia brasileira — 28% da população brasileira conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018 —, e a pouca presença dessas mulheres em empresas de tecnologia, conforme pesquisa da Brasscom realizada entre 2018 e 2019, em que apontam 11% do total de 845 mil profissionais de empresas de software, hardware, serviços e comércio de tecnologia.

Diante do exposto, busca-se responder a seguinte problemática: como tornar as pessoas que buscam informação, e/ou consideradas fontes de informação e/ou sujeitos informacionais em ciência, tecnologia e inovação representativas da pluralidade e diversidade existentes na sociedade brasileira?

Parte-se da premissa que as esferas da ciência, tecnologia e inovação se tornam injustas em termos informacionais que promovam a integração de todas as camadas de uma cidade, estado, região, país ou continente. Logo, recorre-se à área de Ciência da Informação, por compreendê-la como uma ciência social aplicada com a responsabilidade e a oportunidade de utilizar a informação para promover um devir da inclusão e da desconstrução de estruturas nocivas e preconceituosas, no que concerne aos problemas de comunicação e registro do conhecimento, o uso e as necessidades informacionais (ARAÚJO, 2003; MOSTAFA, 2013).

Enquanto ciência, possui a informação como objeto de estudo, e tem como meta minimizar os rumos de incerteza e insegurança na sociedade informacional (BORKO, 1968). Procura entender as características e o comportamento da informação, seus fluxos e significados do seu processamento, tendo em vista o acesso e uso da informação. Ainda, a Ciência da Informação tem como propósito compilar bibliografias acerca do seu objeto, possibilitando melhorias nos processos de organização, preservação e disseminação do conhecimento (BORKO, 1968). Assume-se, portanto, a importância dos paradigmas epistemológicos de Capurro (2003), sendo basilar para a reflexão deste artigo o paradigma social, pois se enfoca na perspectiva social da informação, a qual inclui o sistema de recuperação da informação, a própria informação e a pessoa usuária dela (CAPURRO, 2003; TOBIAS; CORREA, 2019). Em consonância com este paradigma, as demandas em

informação de grupos sociais e étnico-raciais marginalizados são algumas das inquietações da Ciência da Informação (OLIVEIRA; AQUINO, 2012).

Tem-se como objetivo refletir sobre as pessoas buscadoras e referenciais em ciência, tecnologia e inovação no Brasil, com vistas a elencar ações possíveis em Ciência da Informação para a promoção da pluralidade e diversidade dos sujeitos. Desse modo, compreende-se que a pesquisa científica no campo informacional vinculada a grupos historicamente vulneráveis (tanto cultural quanto informacionalmente), pode permitir que se sejam produzidos conhecimentos que subsidiarão o desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos desses grupos, de seus aprendizados e de suas relações em sociedade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Classifica-se a pesquisa deste artigo como qualitativa e exploratória por meio de levantamento documental e levantamento bibliográfico. Minayo (2010, p. 57) descreve o método qualitativo como aquele “que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem”.

A natureza exploratória consiste na identificação de ações possíveis em Ciência da Informação para a promoção da pluralidade e diversidade dos sujeitos na ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

O levantamento documental corresponde a análises a partir de tipos diferentes de fontes com foco em informações concretas e condizentes ao objetivo da pesquisa (LIMA JUNIOR *et al.*, 2021). Nesse caso, foram utilizadas informações de sites institucionais e *blogs* técnicos, por exemplo.

Quanto ao levantamento bibliográfico, considerou-se um conjunto de estudos publicados, delimitados ao contexto brasileiro. Dessa forma, buscou-se no dia 25 de janeiro de 2023 sem restrição de filtro, verificar na Base de Dados do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Enancib), a Benancib, e na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), publicações específicas sobre justiça informacional, e posteriormente, alguma abordagem sobre ciência, tecnologia e inovação.



Na Benancib¹ foram recuperados 13 documentos e na Brapci² 14 documentos. Do resultado da primeira base, excluiu-se um (1) documento por se tratar de duplicação. Na Figura 1 são apresentados os documentos recuperados na Benancib.

Figura 1 – Documentos recuperados na Benancib com o termo “justiça informacional”

brapci:search_strategy
Query: justiça informacional
1960-2023

Total: 13

NEVES, D. A. d. B.; ANDRADE, W. O. D. Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no âmbito do arquivo da justiça federal da paraíba (jfpb). <i>In: Anais [...]</i> . ISSUE:JNL:00007-2012--ESP. (Score: 98.376)	SILVA, F. C. G. D.; et al. Justiça social e população negra: um olhar teórico-crítico para competência em informação. <i>In: Anais [...]</i> . ISSUE:JNL:00029-2022-27-2. (Score: 13.982)
SILVA, J. d. L. O desenvolvimento do acervo em biblioteca jurídica: um relato de experiência da biblioteca dr. gilberto de oliveira lomônaco da justiça federal do primeiro grau em minas gerais. <i>In: Anais [...]</i> . ISSUE:JNL:00046-2018-23-2. (Score: 12.628)	SOARES, S. M. V.; GALINDO, M. L. O microfilme e o digital: as duas faces da preservação. <i>In: Anais [...]</i> . ISSUE:JNL:00003-2011-21-43. (Score: 12.064)
NÓBREGA, D. L. E.; OLIVEIRA, M. C. D. Impacto do processo eletrônico na gestão arquivística e documental e no acesso à informação em uma autarquia federal brasileira. <i>In: Anais [...]</i> . ISSUE:JNL:00079-2022-5-ED. (Score: 11.889)	BARREIROS, D. S.; et al. Proposta de um modelo preliminar de letramento estatístico para a biblioteca isaac kerstenetzky, do ibge. <i>In: Anais [...]</i> . ISSUE:JNL:00001-2022-18-3. (Score: 11.691)
PEREIRA, E. S.; SAMPAIO, M. R. S. A preservação digital na gestão do tribunal de justiça do estado do pará: um estudo de caso. <i>In: Anais [...]</i> . ISSUE:JNL:00011-2019-33-1. (Score: 10.984)	VILLALOBOS, A. P. d. O.; FONTOURA, R. V. The smartjud tool of electronic judicial process: an interface between information science and artificial intelligence a ferramenta smartjud do processo judicial eletrônico: uma interface entre a ciência da informação e a inteligência artificial. <i>In: Anais [...]</i> . ISSUE:JNL:00039-2022-6-. (Score: 10.921)
GERALDO, G.; PINTO, M. D. d. S. Gestão da informação nos tribunais regionais federais: entre o discurso da sustentabilidade e os paradigmas da ciência da informação. <i>In: Anais [...]</i> . ISSUE:JNL:00089-2017-1-. (Score: 10.015)	GERALDO, G.; PINTO, M. D. d. S. Gestão da informação nos tribunais regionais federais: entre o discurso da sustentabilidade e os paradigmas da ciência da informação *. <i>In: Anais [...]</i> . ISSUE:JNL:00090-2017-1-. (Score: 10.015)
SILVA, F. C. G. D.; ALVES, A. P. M.; SILVA, R. A. Scientific event as instrument for social and racial justice: the case of the national and international meeting of black librarians and anti-racist (2019-2021) evento científico como instrumento para justiça social e racial: o caso do encontro nacional e internacional de bibliotecárias(os) negras(os) e antirracistas (2019-2021). <i>In: Anais [...]</i> . ISSUE:JNL:00053-2022--ESP. (Score: 9.102)	DOYLE, A.; OLINTO, G. Práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero critical instruction practices of information, media and digital literacies and the deconstruction of gender stereotypes practicas de alfabetización informacional, mediática y digital y la desconstrucción de estereotipos de género. <i>In: Anais [...]</i> . ISSUE:JNL:00020-2021-26-4. (Score: 8.621)
LEHMKUHL, C. S.; SILVA, E. C. L. Central de informações de registro civil das pessoas naturais frente ao acesso à informação central of information civil registry of natural persons front of access to information central de información de registro civil de las personas naturales frente al acceso a la información. <i>In: Anais [...]</i> . ISSUE:JNL:00020-2018-23-2. (Score: 8.529)	

Fonte: dados da Pesquisa (2023).

No Quadro 1, constam os documentos recuperados na Brapci, organizados por ano em ordem decrescente, seguida da autoria, título e fonte de publicação.

¹ Resultados da busca referente ao termo “justiça informacional” na Benancib aqui: <https://cip.brapci.inf.br/?q=&collection=all&action=PESQUISAR&q=justi%C3%A7a+informacional&collectio n=all&di=1960&df=2023&ord=0&field=0>.

² Resultados da busca referente ao termo “justiça informacional” na Brapci aqui: https://brapci.inf.br/index.php/res/?q=justi%C3%A7a+informacional&type=1&year_s=1972&year_e=2023&order=2.



Quadro 1 – Documentos recuperados na Brapci com o termo “justiça informacional”

Ano	Autoria	Título	Fonte
2022	SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnele Carneiro; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses.	Justiça social e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação.	Perspectivas em Ciência da Informação
2022	BARREIROS, Danielle Sampaio; BRITO, Lívia Linhares de; LAU, Luciana; BRAGA, Gerlaine.	Proposta de um modelo preliminar de letramento estatístico para a Biblioteca Isaac Kerstenetzky, do IBGE.	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
2022	SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ALVES, Ana Paula Meneses; SILVA, Rubens Alves.	Evento científico como instrumento para justiça social e racial: o caso do Encontro Nacional e Internacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas (2019-2021).	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação
2022	VILLALOBOS, Ana Paula de Oliveira; FONTOURA, Ricardo Veloso.	A ferramenta SmartJud do processo judicial eletrônico: uma interface entre a Ciência da Informação e a Inteligência Artificial.	Revista Informação na Sociedade Contemporânea
2022	NOBREGA, Déborah Lins e; OLIVEIRA, Marina Costa de.	Impacto do processo eletrônico na gestão arquivística e documental e no acesso à informação em uma autarquia federal brasileira.	Revista Fontes Documentais
2021	DOYLE, Andréa; OLINTO, Gilda.	Práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero.	Informação & Informação
2021	MOREIRA, Mayrily Aparecida Araújo; ALMEIDA, Vitória Gomes.	Descolonizando a Justiça, Democratizando a Informação.	Revista Folha de Rosto
2019	PEREIRA, Emerson Sousa; SAMPAIO, Maria Raimunda Sousa.	A preservação digital na gestão do tribunal de justiça do estado do Pará: um estudo de caso.	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação
2019	GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza.	Gestão da Informação nos Tribunais Regionais Federais: entre o discurso da sustentabilidade e os paradigmas da Ciência da Informação.	Congresso de Gestão Estratégica da Informação, Empreendedorismo e Inovação
2018	SILVA, Jordeilson de Lana.	O desenvolvimento do acervo em biblioteca jurídica: um relato de experiência da biblioteca Dr. Gilberto de Oliveira Lomônaco da Justiça Federal do Primeiro Grau em Minas Gerais.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina
2018	LEHMKUHL, Camila Schwinden; SILVA, Eva Cristina Leite.	Central de informações de Registro Civil das Pessoas Naturais frente ao acesso à informação.	Informação & Informação

Ano	Autoria	Título	Fonte
2017	GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza.	Gestão da Informação nos Tribunais Regionais Federais: entre o discurso da sustentabilidade e os paradigmas da Ciência da Informação.	Seminário Nacional de Gestão da Informação e do Conhecimento
2012	NEVES, Dulce Amélia de Brito; ANDRADE, Wendia Oliveira de.	Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no âmbito do arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB).	Biblionline
2011	SOARES, Sandra Maria Verissimo; GALINDO, Marcos Lima.	O microfilme e o digital: as duas faces da preservação.	Ágora

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Ressalva-se que para a análise de inserção ou não das pesquisas abordadas nos documentos, elegeu-se somente as que constam no Quadro 1, devido os documentos da Figura 1 estarem contidos neste e de forma mais avançada. Isso porque, os trabalhos apresentados no Enancib, em boa parte das vezes, são de pesquisas em andamento. Outrossim, quando alinhadas à temática deste artigo, as pesquisas estão presentes na seção 4.

Observa-se ainda, além de contar com as pesquisas selecionadas a partir do levantamento bibliográfico descrito, a reflexão almejada como objetivo da pesquisa contou com outras pesquisas consideradas fundamentais para uma análise melhor embasada cientificamente.

3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL

Ao compreender que o desenvolvimento da sociedade se alicerça essencialmente na ciência, tecnologia e inovação, estas representam “instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades” (BRASIL, 2007, p. 31).

Nessa perspectiva, é visível a importância da ciência para um país inovador, entendendo que a tecnologia nasce na ciência, embora se sustente no mercado. Ou seja, pode-se inferir que transformações na ciência têm impacto no mercado e o mercado influencia na ciência, relação que ecoa no percentual inovativo de um país.

Entende-se que a inovação “é uma questão de conhecimento — criar novas possibilidades por meio da combinação de diferentes conjuntos de conhecimentos” (TIDD;



BESSANT; PAVITT, 2008, p. 35). Logo, torna-se possível deduzir que um país para ser destaque como inovador em ciência e tecnologia, necessita promover um ecossistema com a combinação de conhecimentos oriundos de todas as camadas de sua população, no sentido de atender as diversas demandas declaradas e potenciais.

No século XXI, de acordo com Léa Velho, pesquisadora em Sociologia Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a nova concepção de ciência permite que existam diversas e diferentes formas de conhecimento e que estas se relacionem de modo assimétrico e variável. Nessa concepção, “a ciência é culturalmente situada e construída, e incorpora conhecimentos locais, abrindo espaço para estilos nacionais de produção, ao lado dos universais” (VELHO, 2011, p. 145-146).

Torna-se imprescindível que as cidadãs e os cidadãos estejam preparados para participar de importantes decisões e atuar mais com maior proximidade dos avanços tecnológicos e científicos voltados a sociedade. Para tal, é essencial uma formação científica básica desde o início da escolarização, o que torna prioritário o investimento em educação científica. Essa abordagem coopera, de forma decisiva, para que jovens se inspirem em seguir carreiras nas áreas científicas e tecnológicas (UNESCO, 2015).

Porém, no que se refere a pretos e pardos na ciência e tecnologia brasileira, os dados evidenciam sua marginalização ante a chamada elite intelectual da sociedade. De toda a produção científica realizada pelas universidades brasileiras, apenas 15% originam de pessoas negras, por exemplo (IBGE, 2020).

No Brasil, com base na autodeclaração da população, o IBGE apresenta a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) 2021, que 43,0% dos brasileiros se declararam como brancos, 47,0% como pardos e 9,1% como pretos (IBGE, 2021). Leia-se aqueles que são maioria se encontram minorizados quando se pensa ciência e tecnologia. Situação já evidenciada em pesquisas como a de Silva e Backes (2015), que assinalaram sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil ser, predominantemente, produzido por pessoas brancas, situação que marginaliza pessoas negras, indígenas, mulheres, dentre outras populações historicamente vulneráveis.

Em uma Educação Superior que continua sendo um lugar predominantemente de brancos, os negros e índios mostram os seus modos de ser e contestam os estereótipos inventados para inferiorizar suas identidades. Marcam suas diferenças culturais na academia expondo outros significados, práticas e conhecimentos. Apesar de ainda haver uma resistência à inclusão da diferença negra e indígena por meio de ações



afirmativas, o mérito está sendo questionado como critério de ingresso. (SILVA; BACKES, 2015, p. 127).

A Ciência da Informação tem em seu cerne a busca por soluções que resolvam ou atenuem as questões sociais, por meio do acesso e uso, e ainda a apropriação da informação de acordo com a necessidade de cada indivíduo, pois não é suficiente disponibilizar a informação para que ela seja acessada e utilizada, é necessário compreender as singularidades de cada comunidade que integra a sociedade.

No movimento Ciência Aberta, entre os diferentes pilares que a compõem, o da Ciência Cidadã é o que busca promover a participação e o engajamento de cidadãos nos processos de produção e análise de conhecimentos, dados e informações relevantes à ciência e a temas de importância social, ambiental e territorial (PLATAFORMA CIVIS, 2023). Os dados abertos também constam como essenciais ao movimento, uma vez que de acordo com Johnson (2014), refletem o *ethos* libertário mais profundo do setor de tecnologia da informação e especialmente a subcultura de código aberto.

Mas engajar a participação cidadã, bem como obter a apropriação das informações e dados pela sociedade civil não são tarefas simples, tão pouco rápidas, requerem tempo e uma formação educacional para o trabalho com dados, informação e tecnologia a serviço de necessidades complexas e cotidianas.

Na próxima seção, são apresentadas as ações possíveis, na perspectiva da Ciência da Informação, para a promoção da pluralidade e diversidade em ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

4 JUSTIÇA INFORMACIONAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA PLURALIDADE E DIVERSIDADE

A seção anterior evidenciou a necessidade de uma justiça informacional que proporcione maior equidade em ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Vislumbra-se na Ciência da Informação o caminho para propostas de solução. Isso porque, a justiça informacional se refere ao um movimento que condiz ao julgamento ético essencial dos arranjos sociais para a distribuição da informação e seus efeitos sobre a autodeterminação e o desenvolvimento humano (JOHNSON, 2018).

Conforme mencionado na seção 2 de procedimentos metodológicos, nesta seção estão presentes as pesquisas alinhadas à temática deste artigo, quais sejam: *Justiça social*



e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação de Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Dirnéle Carneiro Garcez, Priscila Rufino Fevrier e Ana Paula Meneses Alves (2022); *Evento científico como instrumento para justiça social e racial: o caso do Encontro Nacional e Internacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas (2019-2021)* de Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Ana Paula Meneses Alves e Rubens Alves da Silva (2022); *Proposta de um modelo preliminar de letramento estatístico para a Biblioteca Isaac Kerstenetzky, do IBGE* de Danielle Sampaio Barreiros, Lívia Linhares de Brito, Luciana Lau e Gerlaine Braga (2022); e *Práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero* de Andréa Doyle e Gilda Olinto (2021).

Entende-se a justiça informacional como uma das ramificações da justiça social, em que constam a justiça de classe, a justiça racial e a justiça de gênero também (SILVA *et al.*, 2021; SILVA *et al.*, 2022). Nesse sentido, a justiça informacional embora com características próprias, torna-se primordial para a consolidação das demais ramificações, de modo que é basilar à efetivação da justiça social.

Nas duas pesquisas em que trabalha, Franciéle Carneiro Garcês da Silva, juntamente com outras coautoras(es), trazem abordagens que deixam nítida a relação com a justiça racial, ao discutirem sobre evento científico como uma ferramenta para justiça social e racial (SILVA; ALVES; SILVA, 2022), e a Competência em Informação como arcabouço para estratégias da justiça social para a população negra (SILVA *et al.*, 2022). Pesquisas como essas na Ciência da Informação são essenciais para aumentar os percentuais de pessoas negras nas universidades brasileiras, e mais que aumentar a presença, fornecer subsídios informacionais que as tornem preparadas para buscar integrar os grupos daquelas/es que fazem ciência no Brasil, transformando a evidência apresentada na seção 3 deste artigo.

Danielle Sampaio Barreiros e demais coautoras abordaram o desenvolvimento de habilidades informacionais no uso de informações estatísticas (BARREIROS *et al.*, 2022). A preocupação levantada pelas autoras tem relação direta quando se reflete sobre o impulso à ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Mais que dados abertos, faz-se necessária uma educação de qualidade para saber como encontrá-los e utilizá-los a favor das necessidades profissionais e pessoais. Ponto consonante com a discussão de Johnson (2014), o qual elucidou que os projetos de dados abertos são dominados por usuários estatais e empresariais, pois falta capacidade das cidadãs e cidadãos para aproveitar as vantagens do *Big Data* e dos dados abertos.



Andréa Doyle sintetizou sua tese de doutoramento acerca da desconstrução de estereótipo de gênero por meio de práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais (DOYLE; OLINDO, 2021). A discussão apresentada pelas autoras é imprescindível para a busca por equidade de gênero, condições e reconhecimento em ciência, inovação e tecnologia no Brasil. O fato de não terem muitas mulheres em espaços públicos de poder e de decisão corrobora o percentual de 43,7% da presença feminina no total de pesquisadores científicos no país, conforme o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (ALMEIDA, 2022).

No Quadro 2 é apresentado um compilado das contribuições das pesquisas em relação às multifacetadas da justiça informacional.

Quadro 2 – Compilado das contribuições dos artigos selecionados a partir dos documentos recuperados na Brapci com o termo “justiça informacional”

Artigo	Multifacetadas atendidas da justiça informacional	Abordagem do conceito de justiça informacional
Justiça social e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação.	<ul style="list-style-type: none"> – Justiça distributiva – Justiça participatória – Justiça de reconhecimento 	Conceito abordado como desdobramento da justiça social.
Evento científico como instrumento para justiça social e racial: o caso do Encontro Nacional e Internacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas (2019-2021).	<ul style="list-style-type: none"> – Justiça participatória – Justiça de reconhecimento 	Conceito não abordado diretamente, mas presente na abordagem do conceito de justiça social e sua relação com a Competência em Informação, especialmente voltada à população negra.
Proposta de um modelo preliminar de letramento estatístico para a Biblioteca Isaac Kerstenetzky, do IBGE.	<ul style="list-style-type: none"> – Justiça distributiva – Justiça participatória 	Conceito não abordado diretamente, mas presente na reflexão sobre a necessidade de formação das pessoas buscadoras de informação, por meio do letramento estatístico.
Práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero.	<ul style="list-style-type: none"> – Justiça distributiva – Justiça participatória – Justiça de reconhecimento 	Conceito não abordado diretamente, mas presente na abordagem de práticas de Competência em Informação, mídias e tecnologias digitais, que ecoam para a de justiça social, especialmente relacionada à equidade de gênero.

Fonte: a autora (2023).

Recorda-se que, **justiça distributiva** refere-se às pessoas como buscadoras de informação. **Justiça participatória** condiz às pessoas como fontes de informação. E

justiça de reconhecimento corresponde às pessoas que são sujeitos informacionais (MATHIESEN, 2015; SILVA *et al.*, 2021).

No Quadro 3 constam as ações elencadas a partir das pesquisas analisadas, seguidas de seus detalhamentos e relação com as multifacetadas da justiça informacional.

Quadro 3 – Ações em Ciência da Informação para a justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil

Item	Ação	Detalhamento	Multifaceta atendida da justiça social
01	Competência Crítica em Informação	A Competência Crítica em informação pode auxiliar para que a pessoa se fortaleça individualmente e coletivamente, tornando-se atenta para questões de justiça social, especialmente no que se refere à busca pela redução das inequidades de gênero (DOYLE; OLINTO, 2021).	– Justiça distributiva – Justiça participatória – Justiça de reconhecimento
02	Letramento Digital	O Letramento Digital pode contribuir para o desenvolvimento da capacidade de utilizar os equipamentos digitais, atrelada à uma visão crítica dessas utilizações, com o intuito de que todas as pessoas integrem a sociedade conectada (DOYLE; OLINTO, 2021).	– Justiça distributiva – Justiça participatória
03	Letramento Estatístico	O letramento estatístico é abarcado na Competência em Informação. Desse modo, inter-relaciona-se com o letramento de dados e o letramento informacional, a partir da perspectiva do pensamento crítico (BARREIROS <i>et al.</i> , 2022).	– Justiça distributiva – Justiça participatória
04	Formação e desenvolvimento de acervo diverso e representativo da população brasileira	Um acervo diverso é um acervo que viabilize fontes para discussões sobre raça, racismo, capitalismo racial, globalização e outros temas intrinsecamente ligados ao debate da justiça social (SILVA, <i>et al.</i> , 2022).	– Justiça distributiva – Justiça de reconhecimento
05	Organização e promoção de Eventos Técnicos Científicos	A organização e promoção de eventos específicos voltados para públicos colocados à margem, como o apresentado no relato de Silva, Alves e Silva (2022), torna-se uma ferramenta valiosa para a justiça participatória e de reconhecimento.	– Justiça participatória – Justiça de reconhecimento
06	Criação de Redes de Colaboração	As redes de colaboração são essenciais para o fortalecimento de	– Justiça distributiva – Justiça participatória

Item	Ação	Detalhamento	Multifaceta atendida da justiça social
		públicos postos à margem, uma vez que se tornam mais visíveis no todo, abrindo brechas para a efetivação da pluralidade e diversidade nos diferentes setores da sociedade.	– Justiça de reconhecimento

Fonte: a autora (2023).

Embora pontuadas as multifacetadas atendidas mais diretamente pelas pesquisas e ações selecionadas a partir destas, ressalta-se que indiretamente todas as multifacetadas são contempladas por estarem conectadas em prol da justiça informacional.

Posto o explanado, torna-se nítida a contribuição da Ciência da Informação para a justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil, bem como o papel fundamental das/os profissionais da informação e unidades de informação (biblioteca por exemplo) na concretização de ações necessárias. Dessa maneira, conforme Silva *et al.* (2022), é latente as necessidades de uma educação e currículos bibliotecários voltados para a justiça social. Isso porque, compreende-se que o conhecimento acerca da justiça social pode reverberar em propostas inovadoras que fomentem e sustentem o desenvolvimento da justiça informacional na sociedade brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo o objetivo norteador consistiu em refletir sobre as pessoas buscadoras e referenciais em ciência, tecnologia e inovação no Brasil, com vistas a elencar ações possíveis em Ciência da Informação para a promoção da pluralidade e diversidade dos sujeitos. Evidenciou-se que em relação às pessoas buscadoras e referenciais, infelizmente ainda perpetua a lógica do privilégio, pois o sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil apresenta baixa diversidade em relação à população diversa do país.

Foram elencadas seis ações selecionadas a partir das pesquisas em Ciência da Informação, a saber: Competência Crítica em Informação; Letramento Digital; Letramento Estatístico; Formação e desenvolvimento de acervo diverso e acervo representativo da população brasileira (em relação às bibliotecas e demais unidades de informação); Organização e promoção de Eventos Técnicos Científicos; Criação de Redes de



Colaboração entre pesquisadoras/es de grupos minorizados, enfocando a apropriação da informação e dados.

Contudo, não se pretendeu aqui um aprofundamento do conceito de justiça informacional, uma vez que se almejou uma relação aplicada na perspectiva da Ciência da Informação, voltada para a ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Dessa forma, compreende-se a justiça informacional como um movimento de análise crítica e ética, o qual requer o desenvolvimento de capacidades necessárias para a participação das pessoas em pluralidade e diversidade nos mais distintos sistemas de informação.

Ante o exposto, considera-se que se alcançou o objetivo estabelecido para a pesquisa. No entanto, como limitação da pesquisa, observa-se que a restrição ao contexto brasileiro não permitiu um estudo comparativo com outros países da América Latina, por exemplo. Porém, essa limitação se torna ponto de partida para a sequência da pesquisa realizada e o início de outras a partir das lacunas suscitadas e não contempladas por esta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Priscylla. Mulheres na ciência brasileira: legados e caminhos para a desconstrução social. **Ciência & Cultura**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://revistacienciaecultura.org.br/?p=3058>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/DZcZXSqTbWHpF6fhRm8b9fP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BARREIROS, Danielle Sampaio; BRITO, Livia Linhares de; LAU, Luciana; BRAGA, Gerlaine. Proposta de um modelo preliminar de letramento estatístico para a Biblioteca Isaac Kerstenetzky, do IBGE. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1912>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. (Tradução livre). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9CI.pdf. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional: Plano de Ação 2007-2010**. 2007. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/725/1/Ciencia%2C%20tecnologia%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20desenvolvimento%20nacional.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.



DOYLE, Andréa; OLINTO, Gilda. Práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 594-575, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n4p575>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44390>. Acesso em: 25 jan. 2023.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Gestão da informação nos tribunais regionais federais: entre o discurso da sustentabilidade e os paradigmas da ciência da informação. In: CONGRESSO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA INFORMAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, 2., 2019, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/147464>. Acesso em: 25 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo da Educação Superior**. 2020. Disponível: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 18 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: cor ou raça**. 2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,9%2C1%25%20como%20pretos>. Acesso em: 18 jan. 2023.

JOHNSON, Jeffrey Alan. From open data to information justice. **Ethics and Information Technology**, [S.l.], v. 16, p. 263-274, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10676-014-9351-8>. Acesso em: 10 jan. 2023.

JOHNSON, Jeffrey Alan. **Toward information justice: Technology, politics, and policy for data in higher education administration**. Alemanha: Springer, 2018. cap. 01.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, Minas Gerais, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 16 jan. 2023.

LEHMKUHL, Camila Schwinden; SILVA, Eva Cristina Leite. Central de informações de Registro Civil das Pessoas Naturais frente ao acesso à informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 259-283, maio/ago. 2018. DOI: 10.5433/1981-8920.2018v23n2p259. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/44635>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MATHIESEN, Kay. Informational justice: A conceptual framework for social justice in library and information services. **Library Trends**, v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044>. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/610076>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOREIRA, Ildeu de Castro. 200 anos de ciência e tecnologia no Brasil. **Ciência & Cultura**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://revistacienciaecultura.org.br/?p=2891>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MOREIRA, Mayrilly Aparecida Araújo; ALMEIDA, Vitória Gomes. Descolonizando a justiça, democratizando a informação. **Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da**



Informação, Juazeiro do Norte, v. 7, n. 1, p. 48-84, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/670>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MOSTAFA, Solange Puntel. **Filosofia da diferença e a ciência da informação**. Rio de Janeiro: e-papers, 2013.

NEVES, Dulce Amélia de Brito; ANDRADE, Wendia Oliveira de. Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no âmbito do arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB). **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 55-64, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/14190>. Acesso em: 25 jan. 2023.

NOBREGA, Déborah Lins e; OLIVEIRA, Marina Costa de. Impacto do processo eletrônico na gestão arquivística e documental e no acesso à informação em uma autarquia federal brasileira. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 5, n. esp., p. 152-164, 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/article/view/1510>. Acesso em: 25 jan. 2023.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação. **Liinc em revista**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 466-491, 2012. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v8i2.453>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3336>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PEREIRA, Emerson Sousa; SAMPAIO, Maria Raimunda Sousa. A preservação digital na gestão do tribunal de justiça do estado do Pará: um estudo de caso. **Biblos**, Rio Grande do Sul, v. 33, n. 1, p. 46-66, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/9440>. Acesso em: 25 jan. 2023.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE CIÊNCIA CIDADÃ (Civis). **O que é Ciência Cidadã? 2023**. Disponível em: <https://civis.ibict.br/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

PRETALAB. **Report 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.pretalab.com/report-2022>. Acesso em: 18 jan. 2023.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça para quem? Justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ/ANCIB, 2021a. p. 1-16. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/619>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça social e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, p. 129-162, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/xbtGJNqDyQM4kpyRtKCQ3fH/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ALVES, Ana Paula Meneses; SILVA, Rubens Alves da. Evento científico como instrumento para justiça social e racial: o caso do Encontro Nacional e Internacional de Bibliotecárias (os) Negras (os) e Antirracistas (2019-2021). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. esp., p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39917>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SILVA, Jordeilson de Lana. O desenvolvimento do acervo em biblioteca jurídica: um relato de experiência da biblioteca Dr. Gilberto de Oliveira Lomônaco da Justiça Federal do Primeiro Grau



em Minas Gerais. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 307-321, abr./jul. 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/72326>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SILVA, José Bonifácio Alves da; BACKES, José Licínio. A presença da diferença negra e indígena na educação superior e o processo de ressignificação da Universidade Brasileira. **Revista Internacional de Educação Superior**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 120-135, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5385392>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SOARES, Sandra Maria Verissimo; GALINDO, Marcos Lima. O microfilme e o digital: as duas faces da preservação. **Ágora**, Florianópolis, v. 21, n. 43, p. 5-35, ago./dez. 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/47537>. Acesso em: 25 jan. 2023.

TIDD, Joe; BESSANT, Joe.; PAVITT, Keith. **Gestão da inovação**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TOBIAS, Mirela Souza; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. O paradigma social da Ciência da Informação: o fenômeno da pós-verdade e as fake news nas mídias sociais. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 560- 579, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1529>. Acesso em: 10 jan. 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Science report: towards 2030**. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235406>. Acesso em: 16 jan. 2023.

VELHO, Lea. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 128-153, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/q5SC5wGHhpGpzL86NZyDgDS/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2023.

VILLALOBOS, Ana Paula de Oliveira; FONTOURA, Ricardo Veloso. A ferramenta SmartJud do processo judicial eletrônico: uma interface entre a Ciência da Informação e a Inteligência Artificial. **Rev. Inf. na Soc. Contemp.**, Natal, v. 6, p. 1-21, 2022. DOI: 10.21680/2447-0198.2022v6n0ID27655. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/205838>. Acesso em: 25 jan. 2023.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: P. M. B. Sena

Coleta de dados: P. M. B. Sena

Análise de dados: P. M. B. Sena

Discussão dos resultados: P. M. B. Sena

Revisão e aprovação: A P. M. B. Sena

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Franciéle Garcês, Natalia Duque Cardona, Edgar Bisset Alvarez, Ana Clara Cândido, Genilson Geraldo.

HISTÓRICO

Recebido em: 21/02/2023 – Aprovado em: 19/03/2023 – Publicado em: 05/05/2023.

